



## **ENTRE GRADES E MELODIAS: A OFICINA DE PRODUÇÃO E EXPRESSÃO MUSICAL DO CASE GOIÂNIA COMO PRÁTICA DE REUMANIZAÇÃO E PROTAGONISMO DE JOVENS EM CONFLITO COM A LEI**

**Erick Christhian Barroso Braga – UFG**  
**Elson Santos Silva – UFG**

**Grupo de Trabalho:** GT 1 – O Direito Achado na Rua: Pesquisas e Práticas

### **RESUMO:**

A presente pesquisa investiga a experiência da Oficina de Produção e Expressão Musical no Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) de Goiânia, situando-a como prática de educação em direitos humanos e de promoção do protagonismo juvenil em contextos de privação de liberdade. O autor parte de sua trajetória profissional no sistema socioeducativo, marcada pela escuta sensível e pela utilização da música como ferramenta pedagógica, para sistematizar um percurso metodológico de trabalho que veio aliar arte, cuidado e responsabilização crítica (Liberati, 2006; 2012; Leonardo, 2016). O estudo parte da hipótese que a criação musical, quando estruturada em bases dialógicas e participativas, ultrapassa o caráter lúdico e converte-se em metodologia crítica de reumanização. A música, nesse contexto, abre fissuras na lógica punitiva, favorecendo a emergência de subjetividades e a construção de novas narrativas e possibilidades de vida. A relevância desta pesquisa reside em sua capacidade de tensionar os limites tradicionais da socioeducação, oferecendo evidências traduzidas em produtos audiovisuais de que práticas pedagógicas baseadas especialmente na música, podem funcionar como prática de reumanização em contextos de privação de liberdade. A Oficina de Produção e Expressão Musical no CASE Goiânia, não apenas valoriza experiências frequentemente silenciadas, mas também propõe caminhos inovadores de educação em direitos humanos que rompem com a lógica estritamente punitiva do sistema. Essa postura epistemológica compromete-se com a crítica, mas também com a prescrição, ou seja, com a formulação de caminhos para superação das violações e a construção de práticas mais humanas. A investigação contribui ainda para o debate acadêmico e político sobre a socioeducação no Brasil, ao articular dimensões macroestruturais, como as normativas do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com a vivência dos adolescentes, evidenciando o potencial transformador da música para a juventude em conflito com a lei.

**Palavras-chave:** Educação em Direitos Humanos; Protagonismo Juvenil; Socioeducação; Oficinas Musicais.



## 1. INTRODUÇÃO

O estudo tem como objetivo principal, analisar, descrever, sistematizar e instituir a Oficina de Produção e Expressão Musical e como prática metodológica e ferramenta de suporte pedagógico à socioeducação. A pesquisa destaca conceitos centrais como educação em direitos humanos, protagonismo e musicalização, entendendo a arte não apenas como lazer, mas como método de transformação subjetiva, empoderamento e transferência de narrativas pessoais.

A metodologia envolve revisão de literatura, análise documental e estudo de caso aprofundado, com exames de composições produzidas, entrevistas e análise de dados do Centro de Atendimento Socioeducativo. O objetivo geral é compreender como essas práticas operam como dispositivos de transformação em ambientes marcados por novíssimos, promovendo a escuta poderosa e o protagonismo juvenil conectado à afirmação dos direitos humanos.

A estrutura da tese foi desenhada para conduzir o leitor de uma análise macroestrutural do sistema socioeducativo brasileiro a um mergulho microfísico na realidade da internação e, finalmente, à sistematização de uma prática de resistência e esperança. A tese está organizada em cinco capítulos, cuja estrutura visa conduzir o leitor por um percurso que vai do macro ao micro, do sistema à subjetividade, do normativo ao sensível: O primeiro capítulo estabelece os fundamentos legais e teóricos. O segundo denuncia a realidade de violações sistêmicas. O terceiro dá voz às trajetórias e subjetividades dos jovens. O quarto detalha a oficina musical como proposta metodológica. O quinto lança luz sobre o adoecimento dos profissionais do sistema. Por fim, a conclusão amarra os argumentos, confirma a hipótese e aponta para a possibilidade de redesenhar a socioeducação a partir de práticas críticas e humanizadoras.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa se apoia na análise documental (ECA, SINASE, tratados internacionais), revisão bibliográfica crítica com base em Foucault (1987), Freire (1996), Goffman (1998), o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), as diretrizes deste plano, entre outros e estudo de casos na Oficina Musical.



### 3. METODOLOGIA

A presente pesquisa é predominantemente exploratória, eventualmente descritiva, de natureza empírica qualitativa, inspirada na pesquisa-ação, em que se considera a perspectiva do autor e o protagonismo dos jovens na interpretação sensível dos produtos musicais criados.

Assim, o estudo visa produzir conhecimento prático que seja útil para as pessoas na conduta cotidiana de suas vidas, metodologicamente, a pesquisa-ação é trabalhar em direção a resultados práticos (Vergara, 2006).

São analisadas criticamente as composições de adolescentes, suas próprias impressões delas, seus caminhos para criação, entrevistas e dados estatísticos sobre o CASE Goiânia, compondo um quadro denso que conecta dimensões macroestruturais (história da socioeducação no Brasil) e microfísicas (subjetividades e resistências).

### 4. RESULTADOS/DISCUSSÃO

O capítulo inicial reconstrói a trajetória da socioeducação no Brasil, destacando a transição da doutrina da situação irregular (Códigos de Menores de 1927 e 1979) para a doutrina da proteção integral (CF/88 e ECA/1990). O SINASE (2012) consolidou diretrizes nacionais para medidas socioeducativas, mas a prática ainda convive com ambiguidades entre proteção e punição. O autor analisa tratados internacionais, como as Regras de Beijing (1985), Regras de Havana (1990), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) e o Pacto de San José da Costa Rica (1969), que influenciaram a construção normativa brasileira. Ressalta que tais instrumentos projetam uma política voltada à reintegração social, mas, na realidade, observa-se que em boa parte da rotina institucional, ocorre a reprodução de práticas excludentes.

No segundo capítulo descreve o cotidiano do CASE Goiânia a partir de relatórios, observações e registros fotográficos. O perfil dos internos evidencia a seletividade penal: jovens majoritariamente negros, pobres, periféricos e com baixa escolaridade. A criminalização da pobreza aparece como eixo estruturante do sistema.



As violações incluem, falta de condições materiais, violência institucional e práticas de desumanização. O autor denuncia também os “silêncios institucionais”, a naturalização da precariedade e a ausência de respostas efetivas às demandas juvenis. Apesar do cenário adverso, o autor identifica experiências de resistência: projetos educativos, parcerias culturais, iniciativas comunitárias e, sobretudo, a Oficina Musical. Essas práticas mostram que, mesmo em contextos de contenção, emergem espaços de reumanização e de criação individual e coletiva, capazes de tensionar a lógica punitiva e abrir possibilidades de protagonismo.

O conceito de aporofobia (CORTINA, 2017) sendo a criminalização e o desprezo pela pobreza traduzido em atitudes e precariedade das políticas públicas em assegurar direitos fundamentais, é central para compreender a seletividade penal no capítulo três. O capítulo articula estatísticas nacionais e regionais para mostrar como a juventude periférica é criminalizada de forma sistemática. A análise enfatiza as condições de vida precárias, a vulnerabilidade social e a ausência de políticas públicas que antecedem a trajetória infracional.

Os relatos e composições musicais dos jovens revelam entre outros, dor, abandono, violência policial, discriminação racial, ausência paterna e uso de substâncias psicoativas. As letras, perpassam vários estilos musicais, porém, na preferência dos jovens, se destacam o *rap* e o *funk*, que se tornam narrativas insurgentes, que denunciam a criminalização da pobreza e projetam sonhos de reconhecimento e pertencimento. A música é apresentada como epistemologia periférica: um modo de conhecer e expressar o mundo a partir da experiência concreta da exclusão social.

O capítulo quatro central descreve o histórico da Oficina de Produção e Expressão Musical no CASE Goiânia, iniciada em 2017 e consolidada com aproximadamente 150 composições autorais dos adolescentes, ampliando a visibilidade das vozes juvenis. Parte dessa produção foi gravada em estúdio profissional, outras foram gravadas na própria oficina e algumas ficaram ainda em fase de pré-produção sem registro fonográfico. Uma amostra do resultado alcançado neste trabalho, pode ser conferida pelo *link*<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://youtu.be/VlxcI1Mtv5k> “Um menor sonhador”, Mc LKS.



A oficina é analisada como metodologia pedagógica interdisciplinar, apoiada na educação em direitos humanos, na psicologia social, na musicoterapia e na pedagogia crítica freiriana. Trata-se de um dispositivo de escuta qualificada e de reumanização, em que o adolescente é reconhecido como sujeito de direitos e produtor de conhecimento e cultura.

Além do foco nos adolescentes, a tese dedica atenção aos profissionais do sistema socioeducativo, denunciando a precarização do trabalho, a insegurança institucional, as práticas de assédio e punição subjetiva que vem ocorrendo com os representantes de classe.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A tese conclui até o momento, que a Oficina Musical no CASE Goiânia é mais do que um projeto artístico: trata-se de uma prática política e pedagógica que ressignifica a socioeducação. Ao dar centralidade às composições juvenis, o trabalho mostra que os adolescentes são capazes de alterar realidades, reinventar a estética musical e reivindicar direitos.

A pesquisa vem confirmando a hipótese de que a música pode atuar como um processo metodológico crítico de responsabilização e empoderamento, contrapondo-se à lógica punitiva. Além disso, propõe que experiências semelhantes sejam ampliadas e sistematizadas como política pública nacional, integrando cultura, educação, direitos humanos e justiça social.

Por fim, afirma-se que escrever e sistematizar a oficina é um gesto político de resistência, um ato de reconhecimento das juventudes periféricas como agentes de transformação. Assim, a tese contribui de modo relevante para o campo dos direitos humanos, da socioeducação e das práticas pedagógicas críticas, oferecendo um caminho alternativo de reumanização para adolescentes em conflito com a lei, para os gestores e operadores do direito e para os profissionais que os acompanham.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo suporte concedido durante a elaboração deste material.



## REFERÊNCIAS

CORTINA, Adela. **Aporofobia**: o repúdio ao pobre – um desafio para a democracia. São Paulo: Contracorrente, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

LEONARDO, F. A. M. A Música como Forma de Ressocialização do Menor Infrator. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, v. 43, n. 2, 2016.

LIBERATI, W. D. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Adolescente e ato infracional**: medida socioeducativa é pena? 2. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração** - 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.